

INFORMAÇÕES MUNICIPAIS DO IBGE: 1999 - 2012

Cristina Pereira de Carvalho Lins¹

RESUMO: A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) consolida-se como uma das fontes permanentes para a construção de indicadores culturais. Trata-se aqui de apresentar um breve histórico da pesquisa, os resultados recentes, incorporando dentro de um projeto mais amplo, da articulação entre o poder público e a cultura no País, acompanhando a trajetória da MUNIC, algumas informações sobre a cultura referente a pesquisa das gestões estaduais (ESTADIC).

PALAVRAS-CHAVE: indicadores culturais municipais, equipamentos culturais, atividades artísticas e artesanais dos municípios, conselhos municipais e estaduais de cultura.

Apresentação

Sabemos que ainda é preciso evoluir muito na institucionalização do campo de estudos da cultura e, para darmos os próximos passos, é necessário que novos estudos sirvam como uma referência para se repensar o campo da cultura e (re)formular as políticas públicas.

Nos últimos nove anos, na esfera pública ampliou-se significativamente o esforço de sistematização de estatísticas culturais para a produção de indicadores e a análise de informações relativas à cultura, com a divulgação de dez estudos pela Diretoria de Pesquisa do IBGE:

- dois volumes do **Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC)** que reuniram e consolidaram estatísticas derivadas de diferentes pesquisas sociais e econômicas do IBGE, entre os anos de 2003 e 2006,

- cinco volumes da **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)** com informações estatísticas censitárias e indicadores sobre a dimensão da cultura nos municípios brasileiros. Nos anos de **1999, 2001, 2005 e 2009** o questionário básico da pesquisa incorporou blocos temáticos de cultura,

- a edição de 2006 da MUNIC levou a campo o **Suplemento da cultura**, específico da cultura,

- a **MUNIC 2011** investigou dados relativos à gestão e à estrutura dos municípios, a partir da coleta de informações sobre sete temas, contemplando questões relacionadas a

¹ Economista, pesquisadora da Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas, IBGE. cristina.lins@ibge.gov.br

O IBGE está isento de qualquer responsabilidade pelas opiniões, informações, dados e conceitos emitidos neste artigo, que são de exclusiva responsabilidade do autor. Rio de Janeiro, abril de 2013.

recursos humanos das administrações, articulações interinstitucionais, educação, saúde, habitação, direitos humanos e saneamento básico. Foram pesquisadas as **articulações interinstitucionais** realizadas pelos administradores municipais em onze áreas, sendo a de Cultura uma das áreas selecionadas e,

- o volume inaugural da **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) 2012** investigou a estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas estaduais, em especial o governo do estado, relativas a todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. A pesquisa levantou informações sobre o tema da existência, a lei e o ano de criação, o caráter do conselho, realização de reuniões e existência de fundo estadual para alocação específica de recursos para **13 Conselhos selecionados, sendo a esfera da Cultura listada como um dos temas presentes.**

Levantamento das informações municipais

Em meados da década de 50 a elaboração da **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros pelos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística**, divulgada pela instituição entre 1957² e 1964. É um volume comemorativo do 60º aniversário da capital mineira,

.....
Não desejava, porém, a administração do Instituto deixar de associar-se às comemorações que irão assinalar o transcurso do 60º aniversário de Belo Horizonte.

Daí a presente publicação em separata, por antecipação, da parte relativa à Capital montanhosa.

As naturais deficiências do trabalho se justificam ante a consideração da volumosa massa de dados e informações relativos aos 485 municípios de Minas Gerais, os quais deverão compreender quatro volumes da “Enciclopédia”.

Certamente, a formosa Capital mineira que hoje ultrapassa a casa de meio milhão de habitantes, pelo seu desenvolvimento material, resultante da pujança de sua indústria, de seu comércio e de sua organização bancária, por seu progresso cultural e educacional, representado pelas suas Universidades, Colégios e associações científicas e culturais, e pelo impulso e estímulo que lhe vêm imprimindo os órgãos da administração federal, estadual e municipal, — a Capital mineira, repetimos, daria por si só matéria suficiente à publicação de um volume.

Obedecidas, todavia, as naturais limitações e dentro do critério que preside a orientação do trabalho, procurou-se condensar em dados, números, fatos e comentários o que há de mais expressivo na vida da metrópole mineira.

Na década de 1950 o movimento municipalista foi reforçado com a criação da Associação Brasileira de Municípios (ABM), cujo objetivo era prestar assistência aos municípios. Ocorreram eventos como os Congressos Brasileiros de Municípios, que criaram,

² Disponível para acesso em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/EMB-Enciclopedia%20dos%20Municipios%20Brasileiros/EMB_Volume24_BH_Separata.pdf. Acesso em 28 de abril de 2013.

através do movimento municipalista brasileiro, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)³.

Em agosto de 1961, lançado **1º levantamento de Informações Básicas Municipais**⁴, coleção digital, instrumentos de coleta. A partir da demanda por informações municipais por usuários do governo, empresas privadas, universidades, dentre outros, o estudo pesquisou o conhecimento mais abrangente de aspectos físicos, demográficos, econômicos, sociais e culturais dos municípios brasileiros. A periodicidade deste 1º levantamento era anual, regular até 1974, foi suspensa de 1975 a 1977 e de 1979 a 1980, foi retomada sua divulgação em 1982 (bienal) e interrompida no início da década de 90. Os questionários, microfichas e a coleção de monografias estão disponíveis no site do IBGE.

Nas últimas décadas, com o processo de descentralização, maiores atribuições e responsabilidades foram repassadas para os municípios, na prestação de serviços públicos à população,

Os Governos municipais assumiram um papel relevante na prestação dos serviços de interesse local. Sendo assim, “a existência e utilização das informações da MUNIC servem de subsídio imediato para se repensar o campo da cultura, formular novas políticas e reformular modelos de gestão” (BARROS, 2010).

O município é denominado como unidade política autônoma em quase todas as constituições republicanas, exceto em 1937, mas somente na Constituição Federal de 1988 conquistou o status de ente federativo (TOMIO, 2002 apud MATOS, 2007).

Definem-se como competências dos municípios, no artigo nº 30 da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI – manter com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

³ O IBAM é uma organização de natureza não-governamental, sem fins lucrativos, voltada para o fortalecimento do governo municipal (...), cujos objetivos abrangem o estudo, a pesquisa e a busca de solução dos problemas municipais e urbanos, no quadro do desenvolvimento regional e nacional. Disponível para acesso em <http://www.ibam.gov.br>

⁴ Disponível para acesso em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>

VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (MATOS, 2007)

Em 1997 o IBGE implantou um sistema de informações básicas municipais que posteriormente resultou na **Base de informações municipais – BIM e no site CIDADES@**, componente do portal do IBGE na internet⁵ e, nesse mesmo ano, desenvolveu o projeto de Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros, denominada de MUNIC.

A **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC**, desde a sua primeira edição em 1999 vem produzindo estatísticas censitárias sobre a dimensão da cultura nos municípios brasileiros. Esta fonte, ao longo dos últimos dez anos tem contribuído para suprir a lacuna existente na produção de informações relativas aos municípios brasileiros e tem seu foco principal na gestão pública municipal.

Para a implantação da MUNIC, em 1998, o IBGE realizou uma Pesquisa-piloto no Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de avaliar a operação e os instrumentos de coleta das informações e definir estratégias para sua implantação em âmbito nacional. Em 1999, iniciou-se a coleta e a divulgação dos resultados foi no ano de 2001.

A MUNIC é uma pesquisa que sistematiza estatísticas de

- registros administrativos relativos às prefeituras
- importante fonte de informações para a construção de um amplo perfil dos municípios brasileiros e, de suas administrações públicas,
- fornece subsídios para o planejamento, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e,
- propicia a elaboração de um quadro geral dos aspectos da gestão municipal na atualidade brasileira, onde os municípios vêm desempenhando papel cada vez mais importante na implantação de diversas políticas setoriais.

Os órgãos públicos, federais e regionais, têm organizado e disponibilizado registros administrativos para informação geral e, principalmente, para subsidiar a elaboração de políticas sociais, o planejamento e o acompanhamento de programas através da elaboração de indicadores no âmbito municipal.

⁵ Disponível para acesso em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

A **MUNIC em 2005** apresentou um **bloco com temas relacionados à cultura**, que já haviam sido investigados em anos anteriores, **1999 e 2001** (equipamentos culturais e de meios de comunicação e de conselhos municipais) e pesquisou a incidência de diferentes atividades artísticas e artesanais presentes nos municípios, formando assim um quadro mais abrangente para a dimensão cultural no nível local.

O ano de 2006 foi determinante para a investigação do tema da cultura, pois foi formulado por pesquisadores do IBGE e do Ministério da Cultura o **Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2006**. O suplemento temático amplia a análise da diversidade cultural e territorial das 5 564 municipalidades, com dados da gestão cultural e de sua infraestrutura nos municípios, características dos recursos humanos e os orçamentários empregados na área, aspectos da política e da legislação, atividades profissionalizantes empreendidas na cultura, atividades artísticas e artesanais, nas suas mais diversas manifestações (apoiadas ou não pelo poder local); assim como levantamento dos meios de comunicação e equipamentos culturais. Com esses resultados abre-se uma grande possibilidade de produção de estudos sobre a cultura, tendo como referência as cidades brasileiras.

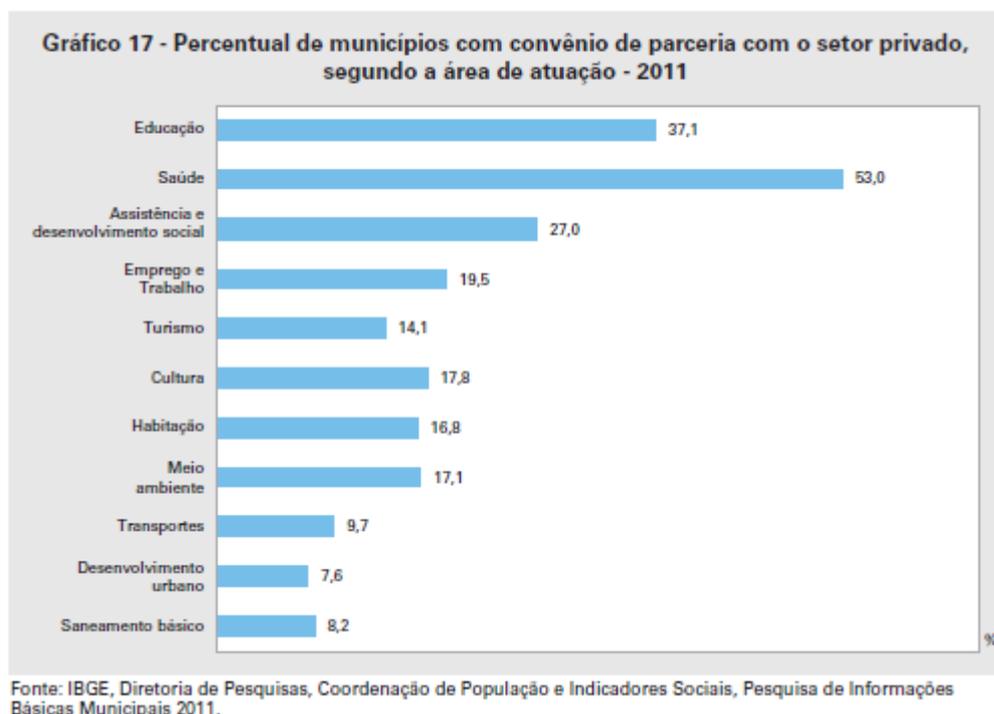
O **Suplemento de Cultura 2006** sistematizou informações sobre a dimensão da cultura nos municípios brasileiros que contribuem para o processo de construção de um sistema de informações sobre a cultura, permitindo subsidiar a elaboração, o planejamento e a formulação de políticas, visando à adoção de um novo padrão de desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas.

...as informações do Suplemento de cultura 2006 “foram elementos primordiais para a elaboração de políticas públicas, sobretudo no campo da cultura, no qual o país sofria com a inexistência de informações de tal natureza. Estas seriam fundamentais para a produção e o acompanhamento das políticas culturais, assim como das ações e projetos” (CALABRE, 2009 p. 124).

Em **2009**, com os dez anos da pesquisa, embora não consecutivos, foi lançada uma **edição comemorativa da MUNIC**, em maio de 2010, com um **bloco temático** referente à cultura que incorpora quesitos investigados ao longo da existência da pesquisa, de modo a atualizar determinados indicadores e produzir um diagnóstico sintético para os municípios brasileiros: a caracterização do órgão gestor de cultura, proteção ao patrimônio cultural, conselho municipal de cultura, consórcios, convênios parcerias e apoios na área de cultura e turismo e, equipamentos culturais e meios de comunicação.

Já em **2011**, a **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC** foi a campo com um bloco de questões dedicadas ao tema das articulações interinstitucionais, o que ocorreu, em edições anteriores, na forma de bloco específico ou como quesito dentro dos diversos blocos temáticos. Foram pesquisadas as articulações interinstitucionais pactuadas entre os entes federativos - União, estados, Distrito Federal e municípios - e também entre estes e a iniciativa privada, realizadas pelos administradores municipais nas áreas de: Educação, Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, Emprego e/ou Trabalho, Turismo, **Cultura**, Habitação, Meio Ambiente, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Saneamento Básico. As formas de associação pesquisadas foram: consórcios públicos e administrativos entre os diferentes entes federativos, convênios de parceria com o setor privado e apoio do setor privado ou de comunidades.

Pelos dados exibidos, nota-se certa predominância da utilização de articulações interinstitucionais, principalmente, nas áreas de saúde, educação, habitação e assistência e desenvolvimento social. A menor utilização de parcerias pelos municípios nas outras áreas administrativas não significa que sejam de menor importância. Só o fato das mesmas serem realizadas já demonstra que são necessárias para a viabilização de projetos, impossíveis de realização apenas pelos poderes públicos municipais (PERFIL, 2011).



A **Pesquisa de Informações Estaduais – ESTADIC**, levada a campo pelo IBGE pela primeira vez em **2012**, trouxe como um de seus temas a existência de Conselhos e Fundos nas Unidades da Federação, examinando aspectos relacionados não só a sua existência, a partir da especificação da lei e do ano de criação, mas também aspectos relativos ao seu caráter

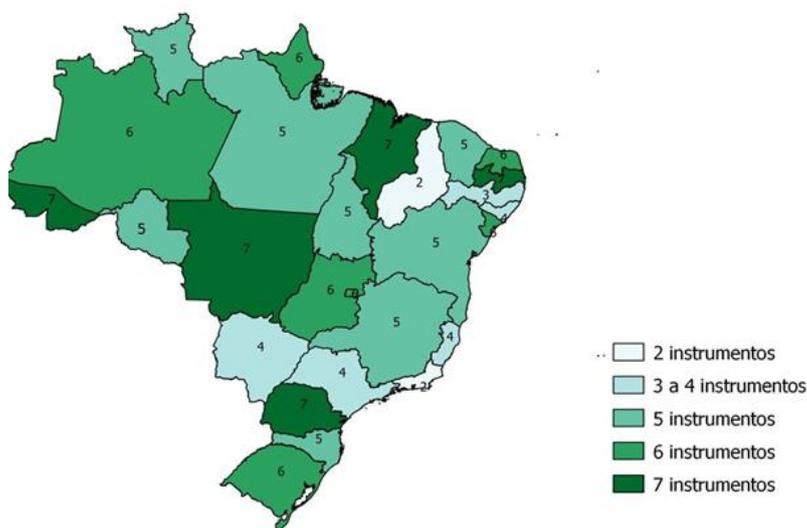
consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador. Foram listados 13 Conselhos estaduais para análise: Educação, Cultura, Esporte, Habitação, Transporte, Saúde, Segurança Pública, Meio Ambiente, Direitos da Criança e do Adolescente, Direitos do Idoso, Direitos da Pessoa com Deficiência, Promoção da Igualdade Racial, Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PERFIL, 2013).

...Quanto ao tempo de existência, os Conselhos têm em média 16,7 anos. Tendo em vista que a Constituição Brasileira tem 23 anos, observa-se que a instauração dos Conselhos Estaduais é um fenômeno recente, mesmo na administração estadual, evidenciando um novo padrão de gestão participativa, para além do município.

Observa-se que são os Conselhos de Educação que têm a maior média de anos de existência (47,7 anos). Os Conselhos de Cultura, Saúde, Meio Ambiente e Criança e Adolescente têm entre 23,7 e 18 anos de existência, estando também presentes em todas as unidades federadas (ALKMIN in PERFIL, 2013 p.41).

Quanto ao perfil geográfico dos Conselhos Estaduais, pode-se observar que o mapa 2 mostra a existência, para cada um dos Conselhos Estaduais de Cultura e o número de instrumentos (que varia de 1 a 7).

Mapa 2 Existência de Conselho Estadual de Cultura e número de Instrumentos associados ao Conselho, 2012 *



* Nota: Os instrumentos foram avaliados pelas seguintes sete características: se o Conselho é paritário; consultivo; deliberativo; normativo; fiscalizador; se realizou reunião nos últimos 12 meses e se dispõe de um fundo financeiro.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Estaduais, 2012

O capítulo apresenta outras informações que servem para se pensar o campo da cultura nos estados. Os demais itens analisam os antecedentes da formação e ampliação dos

Conselhos, comparação entre os Conselhos Municipais e Estaduais e características dos Conselhos Estaduais, em 2011 (ver referência bibliográfica PERFIL, 2012).

Novas pesquisas e proposta de parceria

Os resultados do bloco temático de cultura da **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2012** serão divulgados em **21 de junho de 2013** e apresentados no **IV Seminário Internacional de Políticas culturais, em outubro de 2013**.

A MUNIC 2012 investiga no questionário básico da pesquisa o tema "cultura", repetindo o mesmo bloco temático de 2009. O capítulo analítico do tema levanta informações, tabelas e gráficos para o ano de 2012 sobre: caracterização do órgão gestor de cultura, proteção ao patrimônio cultural, conselho municipal de cultura, percentual de municípios com conselho municipal de cultura e suas características, equipamentos culturais e meios de comunicação, atividades artesanais e grupos artísticos.

Uma nova proposta feita pela Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura estabelece o interesse em formalizar a Cooperação com o IBGE para a execução da produção, através da **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e Municipais de 2014⁶**, de suplementos temáticos com informações relativas ao campo cultural nas esferas municipal e estadual, em especial sobre a diversidade cultural e territorial na perspectiva dos órgãos gestores dos poderes públicos, municipal e estadual em todo o Brasil.

São números que consolidam a possibilidade de um acompanhamento objetivo das nossas políticas, que extravasam a gestão federal e podem influenciar as diretrizes culturais dos Estados e dos municípios brasileiros (Gil, 2006).

A equipe da MUNIC levará a campo o questionário do **Suplemento Cultura em 2014** com um levantamento das informações na esfera do poder público de todas as 5565 municipalidades existentes no país e, deve contemplar a ampliação das informações municipais com um questionário da **ESTADIC de cultura, também em 2014**. Nessa perspectiva de integração, a ESTADIC cultura complementa a análise sobre os temas investigados pelo Suplemento de cultura da Munic, em 2006

Considerando as contribuições trazidas pelo Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006, resta, para se ter um quadro mais completo da articulação entre o poder público e a cultura no País, um levantamento similar que incorpore informações sobre as gestões estaduais e federal, quanto às dimensões aqui tratadas Munic (PERFIL, 2006 p. 115).

⁶ No âmbito da parceria a Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura encaminhou Ofício de termo de cooperação ao IBGE, em abril de 2013.

A divulgação do volume do **Suplemento de cultura da MUNIC e da ESTADIC de cultura**, referentes ao ano de 2013, está prevista para o **final do ano de 2014**.

Referências bibliográficas

- ALKMIM, Antonio C. Conselhos estaduais In PERFIL dos estados brasileiros: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (pp.37-60)
- BARROS, José. M. *A Informação e as políticas públicas na perspectiva do sistema nacional de cultura*. VI ENECULT, Facom, UFBA, Salvador, Bahia, maio 2010.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros pelos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística. IBGE, Separata do volume XXIV, dez. 1957. Coleção digital disponível para acesso em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>
- MATOS, Denise Ferreira de. Os Conselhos Municipais no Contexto do Federalismo Brasileiro *sob a Perspectiva da “Pesquisa de Informações Básicas Municipais”*. 133p. (ENCE, Mestrado, 2007). Disponível para acesso em http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=75351b51-47e9-4f6d-bb7f-0db7dbee4692&groupId=37690208
- PERFIL dos estados brasileiros: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 276p. (pp.37-60) Disponível para acesso em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Estados/2012/estadiv2012.pdf
- PERFIL dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 366 p. (pp. 37-48). Disponível para acesso em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/default.shtm>
- PERFIL dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 2009 Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível para acesso em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>
- PERFIL dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais Cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível para acesso <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdf>
- PERFIL dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais. Gestão Pública 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível para acesso em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2005/munic2005.pdf>
- PERFIL dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível para acesso em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2001/default.shtm>
- TOMIO, F.R.de L. A Criação de Municípios após a Constituição de 1988. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, V.17, n.48, 2002, p. 61-89.